

Anexo III - Regras Contratuais e Financeiras Aplicáveis

I. Introdução

O presente anexo complementa as regras aplicáveis à utilização da concessão sob diferentes rubricas/categorias orçamentais aplicáveis ao projeto, conforme especificado na Convenção. Esses esclarecimentos constam na secção II.

A secção III especifica os custos aplicáveis para as diferentes rubricas/categorias orçamentais, nos termos do Artigo II 16.2. da Convenção.

A Secção IV estabelece os tipos de monitorização e controle que o beneficiário pode ser sujeito, bem como os respetivos documentos sujeitos a obrigação de reportação.

II. Regras Contratuais e Financeiras Complementares

Acção Chave 1 - Mobilidade de Indivíduos - Juventude

A. Elegibilidade das atividades e das despesas

1. Elegibilidade das atividades de mobilidade

- Os beneficiários devem assegurar que as atividades de mobilidade desenvolvidas para o projeto pelos participantes são elegíveis de acordo com as regras definidas no programa Guia Erasmus+
- As atividades de mobilidade desenvolvidas que não estão em conformidade com as regras estabelecidas no Guia do programa Erasmus+, complementadas com as regras estabelecidas no presente Anexo, serão consideradas não elegíveis pela NA, sendo que os montantes correspondentes às atividades em



causa serão reembolsados na totalidade. O reembolso abrange todas as categorias orçamentais e atividades as quais foram consideradas não elegíveis. Estas poderão abranger as seguintes rubricas/categorias: viagens, apoio individual, apoio organizacional, e, se aplicável, apoio linguístico, necessidades especiais e custos excecionais

- A duração mínima das atividades de mobilidade especificadas no Guia do Programa corresponde ao número mínimo de dias de atividade excluindo as viagens.

2. Viagens

- O coordenador deverá reportar no Instrumento de Mobilidade o local de partida e o local de chegada de cada participante para o efeito de concessão do apoio por atividade de mobilidade.
- No caso da viagem não ocorrer, ou caso de financiamento por outro fundo que não o Programa Erasmus+ (ex. quando o participante se encontra no local de acolhimento por motivo de participação em outra atividade que não a relativa à convencionada), o coordenador deverá reportar essa situação no Instrumento de Mobilidade para cada mobilidade em causa. Neste caso não serão considerados os custos de viagem;
- Para o estabelecimento da distância-banda aplicável, ao beneficiário cumpre utilizar a calculadora de distância disponível no sítio web da Comissão em http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/tools/distance_en.htm. A ferramenta irá calcular os montantes da subvenção com base nos custos unitários aplicáveis;
- Por padrão, o local de origem é entendido como o local da organização de envio e o local de acolhimento como o local onde o beneficiário está localizado. Se o local de origem e/ou de acolhimento é diferente no disposto no ponto 2, o beneficiário deve comunicar a razão para esta diferença no Instrumento de Mobilidade;

3. Apoio Individual

[Aplicável à Acção Chave 1 - Mobilidade de indivíduos - Juventude- SVE]



- Ao coordenador cumpre informar, nos termos do Instrumento de Mobilidade as datas de início e término para cada atividade de mobilidade no estrangeiro, sobre as quais incidiram financiamento.
- O Instrumento de Mobilidade irá calcular os montantes para o apoio individual com base nos custos unitários aplicáveis.
- Caso a atividade de mobilidade no estrangeiro por participante seja superior ao indicado no acordo de subvenção caberá ao coordenador alterar os termos da Convenção de modo a considerar o prolongamento da atividade, desde que a subvenção remanescente o permita. Neste caso, deverá constar no Instrumento de Mobilidade a data de início e fim da atividade de acordo com a adenda à convenção.

4. Apoio Organizacional

[Aplicável à Acção Chave 1 - Mobilidade de indivíduos - Juventude]

- Ao coordenador cumpre informar, nos termos do Instrumento de Mobilidade as datas de início e término por cada atividade de mobilidade. Se necessário, devido ao tempo necessário para viajar, o beneficiário poderá adicionar um dia para viajar antes do primeiro dia de atividade e um dia para viajar imediatamente a seguir ao último dia de atividade; estes dias extras para viagens serão considerados para o cálculo do suporte organizacional.
- [Aplicável a Intercâmbios e *youth workers*:] Cumpre ao coordenador reportar, igualmente, o início e fim da atividade dos participantes provenientes do país de acolhimento.
- [Aplicável a *youth workers* e SVE:] Os participantes deverão reportar as atividades via questionário on-line, onde irão prover a sua avaliação factual e qualitativa do período de mobilidade no estrangeiro, bem como da fase de preparação e follow-up.
- O Instrumento de Mobilidade irá calcular o montante para o apoio organizacional baseados nos custos unitários aplicáveis. Para projetos no qual



o coordenador seja um organismo público local, regional e/ou nacional, uma associação de regiões, um Organismo Europeu de cooperação territorial e/ou uma entidade com fins lucrativos no âmbito da Economia-Social Corporativa, os custos unitários especificados na Secção IV do presente Anexo são reduzidos a 50%.

5. Apoio Linguístico

[Aplicável à Acção-Chave 1 - Mobilidade de indivíduos - Juventude- SVE- Round 1 e 2]

- O apoio linguístico somente se aplica a atividades de mobilidade de duração igual ou superior a 2 meses.
- Cumpre ao beneficiário reportar no Instrumento de Mobilidade a preparação linguística por participante, seja esta cumprida ou não nos termos financeiros da rubrica apoio linguístico;
- O Instrumento de Mobilidade irá calcular o montante de apoio linguístico baseado nos custos unitários aplicáveis;

[Aplicável à Acção-Chave 1 - Mobilidade de indivíduos - Juventude- SVE - Round 3]

Avaliação On-line

- As licenças para a avaliação linguística são financiadas quando o período de mobilidade no estrangeiro é igual ou superior a dois meses.
- As licenças serão distribuídas para os participantes de todos os beneficiários. Os co-beneficiários deverão assegurar que as licenças estejam em conformidade com os requisitos e devem fornecer ao coordenador todas as informações necessárias a esse respeito.
- Os beneficiários deverão distribuir as licenças de avaliação linguística para os participantes mediante a seleção para a atividade de mobilidade no estrangeiro. Os participantes que são falantes nativos do idioma principal do trabalho não estão sujeitos a esta avaliação linguística.
- Os beneficiários deverão assegurar aos participantes no projeto de mobilidade tomem parte da avaliação online antes e após o período de mobilidade.

Cursos de línguas online

- As licenças serão distribuídas entre os participantes de todos os beneficiários de acordo com as suas necessidades. Os co-beneficiários deverão assegurar



que as licenças estejam em conformidade com os requisitos e devem fornecer ao coordenador todas as informações necessárias a esse respeito

- As licenças para os cursos de línguas online deverão ser usadas no período de avaliação compreendidos entre o início e fim das atividades de mobilidade dos participantes. Os participantes deverão tomar parte da avaliação linguística online antes que seja emitida uma licença para participar num curso de língua online.
- Os beneficiários deverão supervisionar o uso das licenças com base nas informações fornecidas pelo provedor de serviços.
- Os beneficiários deverão assegurar-se que as licenças alocadas são usadas pelos participantes seleccionados.
- De modo a otimizar o apoio linguístico online, as licenças por usar serão devolvidas à AN;

Todas as licenças

- Todas as licenças deverão seguir as instruções técnicas de uso para o apoio linguístico online disponível no sítio eletrónico da Agência Nacional
- O coordenador deverá registar o número de avaliações efetuadas bem como o número de licenças para cursos de línguas online no Instrumento de Mobilidade. Em caso de não uso das licenças, a NA poderá considerar a revisão do número de licenças a conceder aos beneficiários, nos anos e rounds subsequentes.

6. Apoio às necessidades Especiais

[Aplicável à Acção Chave 1 - Mobilidade de indivíduos - Juventude]

- Ao coordenador cumpre informar no Instrumento de Mobilidade qualquer auxílio financeiro adicional para apoio às necessidades especiais usado para qualquer um dos participantes com necessidades especiais.
- Nesse caso, o coordenador deverá apresentar um relatório do tipo de despesas, bem como o valor real dos custos incorridos no Instrumento de Mobilidade.

7. Custos excecionais

[Aplicável à Acção Chave 1 - Mobilidade de indivíduos - Juventude]

- Os custos excecionais podem apenas cobrir os custos previstos no Artigo II 16.4 da Convenção.
- O beneficiário deverá reportar o tipo de despesas e custos reais incorridos para despesas excecionais no Instrumento de Mobilidade.
- Para custos excecionais cumpre ao coordenador fornecer todos os documentos comprovativos junto ao relatório final.

B.Redução da concessão por execução deficiente, parcial ou tardia

[Aplicável à Acção Chave 1 - Mobilidade de indivíduos - Juventude]

- A execução deficiente, parcial ou tardia do projeto serão considerados pela NA com base nos seguintes elementos:
 - Relatório final submetido pelo coordenador;
 - Relatórios individuais submetidos pelos participantes na atividade de mobilidade;
 - A AN pode igualmente considerar também outras fontes relevantes no qual se constate que o projeto não é implementado em conformidade com as disposições contratuais. Outras fontes de informação poderão incluir visitas de acompanhamento e monitorização, verificados em sede de controlos efetuados pela NA.
 - O relatório final será avaliado com base em critérios de qualidade e pontuado de 0 a 100 pontos. Caso a avaliação seja inferior a 50 pontos no total, a AN reduz o montante do subsídio com base nos resultados do projeto, independentemente das atividades relatadas serem elegíveis e realizadas
 - [Para as Organizações acreditadas no âmbito do SVE] No caso de organizações acreditadas, caso a AN considere que a implementação do Projeto não respeita os termos qualitativos propostos pelo beneficiário, a AN poderá acrescer ou solicitar ao beneficiário a



implementação de um plano de ação temporal negociado previamente entre as partes, de modo a que sejam respeitados os requisitos aplicáveis. Caso o beneficiário não implemente satisfatoriamente as medidas na data consignada, a NA poderá retirar a acreditação dos respeitantes beneficiários.

- O relatório final será avaliado em conjunto com os relatórios dos participantes na mobilidade através de um conjunto de critérios comuns de qualidade com especial enfoque nos seguintes elementos:

[Para entidades não acreditadas]

- Implementação em conformidade com o aprovado;
- Impacto nos participantes e resultados de aprendizagem
- Impacto nas organizações envolvidas;
- Qualidade dos aspetos práticos e das modalidades de gestão e apoio das atividades de mobilidade
- Validação e Reconhecimento de competências e resultados de aprendizagem;
- Qualidade e alcance das medidas de disseminação implementadas;
- Transferência dos apoios devidos aos participantes, segundo o articulado das disposições contratuais estabelecidas no acordo entre o respetivo beneficiário e participante após os modelos previstos no anexo IV da Convenção.

[Para entidades acreditadas]

- Implementação da atividade em conformidade com o aprovado;
- Implementação da ação em conformidade com os critérios qualitativos e formais previstos na Carta SVE;
- Transferência dos apoios devidos aos participantes, segundo o articulado das disposições contratuais estabelecidas no acordo entre o respetivo beneficiário e participante após os modelos previstos no anexo IV do Acordo.



- A redução da concessão por implementação tardia, parcial e/ ou performance negativa do Projeto será adotada em relação ao total das despesas elegíveis para o apoio organizacional e custos excepcionais segundo os seguintes parâmetros:
- 25%:-se a classificação final do projeto compreender-se entre os 41 e 50 pontos (inclusive)
- 50%:-se a classificação final do projeto compreender-se entre os 26 e os 40 pontos (inclusive)
- 75%:-se a classificação final do projeto compreender-se entre os 26 e os 40 pontos (inclusive)

Secção III - Custos Unitários Aplicáveis

Acção Chave nº1 - Mobilidade

1. Viagens

Para mobilidade de staff no âmbito da Juventude; Mobilidade de *youth workers* e SVE;

Distância (km)	Montante
Entre 100 e 499 KM:	180 EUR por participante
Entre 500 e 1999 KM:	275 EUR por participante
Entre 2000 e 2999 KM:	360 EUR por participante
Entre 3000 e 3999 KM:	530 EUR por participante
Entre 4000 e 7999 KM:	820 EUR por participante
=>8000 KM:	1100 EUR por participante

*Nota:*a viagem é calculada segundo a distância entre o local de residência e o local de acolhimento. O montante aprovado cobre os custos de ida-volta do participante.

Para os intercâmbios



Para distâncias entre os 10e 99KM: 20 EUR por participante
Para distâncias entre os 100 e 499KM: 80 EUR por participante
Para distância entre os 500 e 1999KM: 170 EUR por participante
Para distâncias entre os 2000 e 2999KM: 270 EUR por participante
Para distâncias entre os 3000 e 3999KM: 400 EUR por participante
Para distâncias entre os 4000 e 7999KM; 620 EUR por participante
Para distâncias iguais /superiores a 8000KM: 830 por participante

Nota: a viagem é calculada segundo a distância entre o local de residência e o local de acolhimento. O montante aprovado cobre os custos de ida-volta do participante.

2.Apoio Individual

[Somente aplicável ao SVE - Dinheiro de Bolso]

País de Acolhimento

Serviço Voluntário Europeu	
SVE com duração inferior a 2 meses	SVE com duração entre 2 e 12 meses
Montante por dia/ EUR	Montante por dia/EUR



	A5.4	A5.5
Bélgica	4	110
Bulgária	3	70
República Checa	4	90
Dinamarca	5	145
Alemanha	4	110
Estónia	3	85
Irlanda	5	125
Grécia	4	100
Espanha	4	105
França	5	115
Croácia	4	90
Itália	4	115
Chipre	4	110
Letónia	3	80
Lituânia	3	80
Luxemburgo	4	110
Hungria	4	90
Malta	4	110
Países Baixos	4	110
Áustria	4	115
Polónia	3	85
Portugal	4	100
Roménia	2	60
Eslovénia	3	85
Eslováquia	4	95
Finlândia	4	125
Suécia	4	115
Reino Unido	5	140
Ex- República Jugoslava da Macedónia	2	60
Islândia	5	135



Liechtenstein	5	120
Noruega	5	135
Suíça	5	130
Turquia	3	80
Países Parceiros	2	55

3. Apoio Organizacional

[Para mobilidade de youth workers]

Nota: O montante para o apoio organizacional calcula-se por participante/ dia no limite máximo de 1100,00€ (por participante) independentemente do período da mobilidade

País de Acolhimento	Mobilidade de <i>youth workers</i>
	Montante/Dia/EUR
	A5.6
Bélgica	65
Bulgária	53
Republica Checa	54
Dinamarca	72
Alemanha	58
Estónia	56
Irlanda	74
Grécia	71
Espanha	61



França	66
Croácia	62
Itália	66
Chipre	58
Letónia	59
Lituânia	58
Luxemburgo	66
Hungria	55
Malta	65
Países Baixos	69
Áustria	61
Polónia	59
Portugal	65
Roménia	54
Eslovénia	60
Eslováquia	60
Finlândia	71
Suécia	70
Reino Unido	76
Ex Republica Jugoslava da Macedónia	45
Islândia	71
Liechtenstein	74
Noruega	74
Suíça	71
Turquia	54
Países Parceiros	48

[Para SVE]



País de Acolhimento		Serviço de Voluntariado Europeu	
		SVE com duração inferior a 2 meses	SVE com duração entre 2 e 12 meses
		Montante por dia/ EUR	Montante por dia/EUR
		A5.2	A5.3
Bélgica		20	590
Bulgária		17	500
Republica Checa		17	490
Dinamarca		21	630
Alemanha		18	520
Estónia		18	520
Irlanda		21	610
Grécia		21	610
Espanha		18	530
França		19	570
Croácia		19	570
Itália		21	610
Chipre		21	610
Letónia		19	550
Lituânia		18	540
Luxemburgo		21	610
Hungria		17	510
Malta		20	600
Países Baixos		21	620
Áustria		18	540
Polónia		18	540
Portugal		20	600
Roménia		17	500



Eslovénia	20	580
Eslováquia	19	550
Finlândia	21	630
Suécia	21	630
Reino Unido	21	630
Ex República Jugoslava da Macedónia	15	440
Islândia	21	610
Liechtenstein	21	610
Noruega	21	630
Suíça	21	620
Turquia	17	500
Países Parceiros	15	440

[Intercâmbios de Jovens]

País de Acolhimento	Intercâmbios de Jovens	
	Montante por dia/EUR	
	A5.1	
Bélgica	37	
Bulgária	32	
Republica Checa	32	
Dinamarca	40	
Alemanha	33	
Estónia	33	
Irlanda	39	
Grécia	38	
Espanha	34	
França	37	



Croácia	35
Itália	39
Chipre	32
Letónia	34
Lituânia	34
Luxemburgo	36
Hungria	33
Malta	37
Países Baixos	39
Áustria	39
Polónia	34
Portugal	37
Roménia	32
Eslovénia	34
Eslováquia	35
Finlândia	39
Suécia	39
Reino Unido	40
Ex República Jugoslava da Macedónia	28
Islândia	39
Liechtenstein	39
Noruega	40
Suíça	39
Turquia	32
Países Parceiros	29

4. Apoio Linguístico

[Somente SVE]

150 EUR por participante

IV: Disposições e Documentação de Suporte

Em conformidade com o disposto no Artigo II.27, o beneficiário pode ser objeto de controlo e auditorias, nos termos da Convenção. Controlos e auditorias visam verificar se o beneficiário cumpre as regras estabelecidas na Convenção, a fim de estabelecer o montante da subvenção a que o beneficiário tenha direito. Para esse efeito, o beneficiário pode estar sujeito aos seguintes tipos de verificação:

- Em sede do Relatório Final: mediante a análise do Relatório final, o qual estabelece o montante final ao qual o beneficiário terá direito. Este procedimento aplica-se a todos os projetos subvencionados;
- Em sede Desk-check: análise dos elementos de suporte documental nas premissas da AN, usualmente durante ou após a análise do relatório final, caso a Convenção seja incluída na amostra das visitas mínimas solicitadas pela Comissão Europeia, ou caso a NA incluir na Convenção uma ação de verificação baseada na avaliação do risco;
- Em sede de visita “On spot Check”: visita à sede da organização ou qualquer outra instalação na qual ocorra o projeto. O beneficiário poderá estar sujeito a uma visita on-spot check enquanto a respetiva Convenção seja incluída na amostra de visitas mínimas solicitadas pela Comissão Europeias, ou caso a NA decida incluir na Convenção uma ação de verificação baseado na avaliação de risco. Há 3 tipos possíveis de visitas “on-spot check”
- “On spot” no decurso da ação: no contexto da implementação do projeto;
- “On spot” após a ação: após o término do projeto e usualmente após a verificação do relatório final;
- “Systems check”: no contexto da verificação dos termos de cumprimento da Carta SVE; [Aplicável ao SVE]

O quadro a seguir especificado identifica o objeto e teor de cada rubrica/Categoria orçamental no âmbito de diferentes tipos de verificações. O beneficiário deverá observar que a AN poderá solicitar qualquer tipo de suporte documental usualmente especificada para outro tipo de rubrica/categoria orçamental.

Em sede controles e auditorias, o beneficiário deverá fornecer documentos comprovativos em original. Na medida em que o beneficiário não está legalmente autorizado a remeter documentos originais para a AN em anexo ao relatório final ou



em sede de desk-check, o beneficiário poderá enviar uma cópia em seu lugar. A AN deverá devolver os documentos comprovativos originais ao beneficiário após a respetiva análise.

Acção chave 1 - Juventude

Rubrica/Categoria Orçamental	Avaliação do Relatório Final	Desk check	On-the-spot check durante ação	System check	On-the spot check após a ação
Viagens	Relatório Final	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.2	Demonstração e elegibilidade da atividade e dos participantes	Demonstração e elegibilidade da atividade e dos participantes [SVE:] Cumprimento da Carta SVE	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.2 Registo das despesas do projeto na contabilidade do beneficiário
[Somente SVE:] Apoio Individual	Relatório Final	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.2	Demonstração e elegibilidade da atividade e dos participantes	Demonstração e elegibilidade da atividade e dos participantes [SVE:] Cumprimento	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.2 Registo das despesas do



Rubrica/Categoria Orçamental	Avaliação do Relatório Final	Desk check	On-the-spot check durante ação	System check	On-the spot check após a ação
				da Carta SVE	projeto na contabilidade do beneficiário
Apoio Organizacional	Relatório Final	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.2	Demonstração e elegibilidade da atividade e dos participantes	Demonstração e elegibilidade da atividade e dos participantes [SVE:] Cumprimento da Carta SVE	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.2 Registo das despesas do projeto na contabilidade do beneficiário
[Somente SVE:] Apoio Linguístico	Relatório Final	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.2	Demonstração e elegibilidade da atividade e dos participantes	Demonstração e elegibilidade da atividade e dos participantes [SVE:] Cumprimento da Carta SVE	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.2 Registo das despesas do projeto na contabilidade



Rubrica/Categoria Orçamental	Avaliação do Relatório Final	Desk check	On-the-spot check durante ação	System check	On-the spot check após a ação
					do beneficiário
Apoio às necessidades especiais	Relatório Final	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.4	Demonstração e elegibilidade da atividade e dos participantes	Demonstração e elegibilidade da atividade e dos participantes	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.4 Registo das despesas do projeto na contabilidade do beneficiário
Custos excepcionais	Relatório Final	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.4	Demonstração e elegibilidade da atividade e dos participantes	Demonstração e elegibilidade da atividade e dos participantes	Relatório Final Documentos de suporte especificados no Artigo II.16.4 Registo das despesas do projeto na contabilidade do beneficiário



Erasmus+
Agência Nacional Portuguesa